



## **PARECER Nº       , DE 2009**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Resolução nº 4, de 2009, que *altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, para modificar o prazo de indicação de candidatas e a periodicidade de entrega do Diploma.*

**RELATOR: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Resolução nº 4, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, modifica a redação dos arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 2, de 2001, que *institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências.*

As alterações relacionadas aos dispositivos citados dizem respeito, respectivamente, à periodicidade de outorga do diploma, ao prazo de encaminhamento da indicação das candidatas e à constituição do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, encarregado de apreciar as indicações e promover a escolha das agraciadas.

A proposição altera, ainda, a redação do parágrafo único do art. 3º da Resolução nº 2, de 2001, de modo a atribuir a parlamentares, com exceção de Senadores, a prerrogativa de encaminhar o nome de candidatas, tal como atualmente compete às entidades governamentais e não-governamentais.

Distribuída também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão Diretora, a proposição encontra-se sob análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, no âmbito da qual não foram oferecidas emendas.



## **II – ANÁLISE**

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) opinar sobre o mérito de matérias que versem sobre homenagens.

À luz dessa competência, julgamos oportunas as alterações propostas pelo projeto em comento, levando-se em conta os argumentos pormenorizados na justificação.

É sabido que o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz constitui uma das mais importantes láureas outorgadas pelo Senado Federal. Por intermédio da figura de Bertha Lutz, desbravadora na luta em favor dos direitos políticos das mulheres, o Senado Federal vem prestando justa homenagem a mulheres que têm se destacado na cena brasileira por sua contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero.

Ocorre que a periodicidade anual de concessão do Diploma, conforme disposto na Resolução nº 2, de 2001, vem criando inúmeras dificuldades tanto para os proponentes das candidaturas quanto para o próprio Senado. A principal delas é, sem dúvida, o reduzido intervalo de tempo de que ambos dispõem para levar a cabo todas as iniciativas relacionadas às respectivas incumbências.

À exiguidade de tempo, soma-se a questão do prazo de apresentação das candidaturas, que, nos termos em vigor, pouco antecede em relação à escolha das agraciadas, tarefa que exige tempo e critério.

Dessa forma, a proposição em epígrafe vem modificar a Resolução nº 2, de 2001, ampliando a periodicidade de concessão do Diploma para dois anos e estabelecendo a antecedência de oito meses para apresentação das candidaturas em relação à definição das agraciadas, de forma a conceder, à análise, o tempo exigido para uma avaliação criteriosa.

A par dessas providências, o projeto em comento propõe a inclusão de parlamentares, com exceção de Senadores, entre os proponentes das candidaturas. Alega a autora da proposição que os parlamentares, na qualidade de “legítimos representantes do povo brasileiro”, detêm todas as condições para exercer essa prerrogativa.



Pelo exposto, entendemos que a oportunidade e a pertinência da proposição encontram-se amplamente justificadas.

### **III – VOTO**

Nesse sentido, considerados o mérito e a regimentalidade da matéria, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 4, de 2009.

### **IV – DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova o parecer favorável, de autoria do Senador João Vicente Claudino.

Sala da Comissão, em 16 de junho de 2009.

Senador Flávio Arns, Presidente

Senador João Vicente Claudino, Relator